

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

EDITAL DE LICITAÇÃO N^o026/07

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, por intermédio de seu Pregoeiro, designado pelo Decreto Judiciário n^o303/2007, de 16/02/07, torna público para conhecimento dos interessados que **às 14h00 (quatorze) horas do dia 23 (vinte e três) do mês de maio de 2007 (23/05/2007)**, na sala de Reunião da Comissão de Licitação, no 1^o (primeiro) andar, do Anexo II do Tribunal de Justiça, à rua 18, n^o508, Setor Oeste, em Goiânia-GO, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme descrito neste edital e seu(s) anexo(s). Tal procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei Federal n^o10.520/2002, Decreto Judiciário n^o409/2003, disposições fixadas neste edital e anexo(s) e, subsidiariamente, às normas da Lei n^o8.666/93 em atendimento ao processo administrativo n^o 2175266/2007.

PREGÃO PRESENCIAL

DO OBJETO

1. O presente pregão tem por objeto a aquisição e instalação de Sistema de Alarme de Incêndio e Controle de Acesso ao Anexo do Tribunal de Justiça e sala “espelho” da Central de Processamento de Dados, conforme especificado no(s) anexo(s) deste Edital.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

2. As despesas, decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no vigente orçamento, nos programas 0452.02.061.4001.4001.03.20 e 0452.02.061.4001.4001.04.20 nos elementos de despesas 4.4.90.52.03, 4.4.90.52.12, 3.3.90.30.21, 3.3.90.30.25, 3.3.90.30.33 e 3.3.90.39.18.

DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3. **Até 02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

3.1. Não será admitida a impugnação do edital, por intermédio de fac-símile ou via e-mail.

4. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**.

5. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

DA PARTICIPAÇÃO

6. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seu(s) anexo(s).

7. A participação no procedimento licitatório implica, automaticamente, a aceitação integral dos termos deste edital e seu(s) anexo(s), regulamentos, instruções e leis aplicáveis.

8. Não será admitida nesta licitação a participação de firmas suspensas para licitar e/ou declaradas inidôneas para contratar com o Poder Público.

9. O edital e anexo encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, situada no 1º (primeiro) andar do anexo II do Tribunal de Justiça, à rua 18, nº508, Setor Oeste, Goiânia-GO, ou pelo site www.tj.go.gov.br/Departamento/licitacao/licitacao .

DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

10. A proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

11. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, com amplos poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, que lhe confira poderes para tanto, devendo identificar-se, exibindo cédula de identidade ou outro documento equivalente.

12. Não será admitido o credenciamento de um mesmo representante para mais de uma proponente.

DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

13. As Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em 2 (dois) envelopes, "A" **Proposta de Preço** e "B" **Documentos de Habilitação**, devidamente fechados e rubricados no fecho.

14. Os envelopes deverão conter, ainda, em sua parte externa os seguintes dizeres:

- a) AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, ANEXO II, RUA 18, nº 508, 1º ANDAR, SETOR OESTE – GOIÂNIA-GO;
- b) NÚMERO DO PREGÃO;
- c) RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE.

DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE A)

15. A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa ou datilografada em papel timbrado da empresa ou em formato A4, com carimbo contendo o CNPJ da empresa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

entrelinhas e terá **validade de 60 (sessenta) dias corridos a contar da sua apresentação**. Caso não seja indicado, considerar-se-á válido por 60 (sessenta) dias.

16. Indicar nome ou razão social da proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato.

17. Na proposta deverá constar:

a) indicação de marca, referência e outros elementos indispensáveis à precisa caracterização de cada um dos itens atendendo às especificações constante do(s) Anexo(s);

b) prazo para execução dos serviços, não superior a 30 (trinta) dias consecutivos a contar da data da expedição da ordem de serviço;

c) valor total da(s) proposta(s) em algarismo e por extenso;

d) planilha de orçamento analítico, nos moldes da apresentada pelo Tribunal de Justiça, devendo constar, além da relação dos equipamentos/serviços, os materiais com respectivos preços unitários e totais, valor do BDI e preço total;

e) Em caso de divergência entre o valor unitário e total, será considerado o primeiro, e entre os expressos em algarismos e por extenso será considerado este último;

f) garantia dos produtos/serviços ofertados;

g) data e assinatura da proponente;

18. Os preços ofertados, deverão ser líquidos e irrecorríveis, neles incluídos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seu anexo.

19. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente edital e anexo(s), sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos.

20. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e anexo(s).

21. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

22. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentação será pública, dirigida pelo Pregoeiro designado para o evento e realizada de acordo com a Lei 10.520/2002, Decreto 3.555/2000, Decreto Judiciário 409/03 e em conformidade com este edital e seu(s) anexo(s).

23. No dia, horário e local marcados, antes do início da sessão, as proponentes deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poder para formulação de ofertas e lances verbais, nos termos da Lei 10.520/2002, para a prática dos demais atos do presente certame.

24. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidas novas proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

25. Serão abertos inicialmente os envelopes contendo as propostas de preços, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

26. Abertas as propostas, o Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL** e aquelas com valores **superiores em até 10% (dez por cento)** da proposta de menor preço ou, quando não forem verificadas, no mínimo 03 (três) propostas nas condições mencionadas, serão classificadas as melhores propostas de preços subseqüentes, **até o máximo de 03 (três)**, para que seus autores participem de lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas, conforme disposto na Lei 10.520/2002.

27. Às proponentes classificadas conforme item 26 será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

28. A proponente que desistir de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, será excluído do certame.

29. Caso não aconteçam lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a aquisição.

30. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

31. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope de Habilitação contendo os documentos exigidos para o presente Pregão.

32. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital.

33. Habilitada a licitante vencedora, o Pregoeiro solicitará ao seu representante, que firme declaração, constando o preço final ofertado (unitário e total) para cada item, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, com apenas duas casas decimais após a vírgula e por extenso, a qual integrará a Carta Proposta.

34. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente, verificando a aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo a respectiva licitante declarada vencedor e a ela adjudicado o objeto definido neste edital.

35. No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro convocará todas as licitantes para, no prazo de 03 (três) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua desclassificação.

36. Nas situações previstas nos itens 29, 30 e 34, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço menor.

37. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro e licitante vencedora, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio e demais licitantes, sendo-lhes facultados este direito.

38. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

DA DOCUMENTAÇÃO

39. Para habilitação a licitante deverá apresentar documentação abaixo discriminada, colocada na ordem seqüencial deste edital.

40. O envelope “B” (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) deverá conter:

40.1. Documentação relativa à habilitação jurídica:

a) comprovante de registro cadastral (CRC), fornecido pelo Tribunal de Justiça de Goiás ou qualquer órgão público ou entidade municipal, estadual, distrital ou federal, sendo aceito também o cadastro no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedor), não isentando a licitante da apresentação dos demais documentos exigidos.

40.2. Documentação relativa à regularidade fiscal:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

b) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;

40.3. Declaração de fiel observância do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, nos termos da Lei Federal nº 9.854/99, art. 1º, na forma seguinte:

“Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, não ter em nosso quadro de empregados qualquer trabalhador menor de 16 (dezesesseis) anos de idade, exceto maiores de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. Declaramos ainda que nenhum trabalhador menor de 18 (dezoito) anos exerce trabalho noturno, perigoso ou insalubre em nossa empresa”.

41. Documentação relativa a capacitação técnica:

a) atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, atuante no mercado nacional, comprovando que a empresa interessada prestou serviços compatíveis em características, quantidades e prazos, com o objeto licitado.

42. A proponente **deverá declarar**, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame.

43. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência.

44. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos no presente edital e seu(s) anexo(s).

45. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seu(s) anexo(s), o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

46. Documentos apresentados com validade expirada acarretarão a inabilitação da proponente.

47. Após a análise da documentação, os membros da equipe de apoio e o pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

DOS RECURSOS

48. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, mediante registro em ata da síntese das suas razões, sendo-lhe desde já concedido o **prazo de 03 (três) dias úteis** para apresentação das correspondentes razões, ficando as demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

49. A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

50. Não serão conhecidos recursos interpostos enviados via fax e vencidos os respectivos prazos legais.

51. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, 1º (primeiro) andar do anexo II do Tribunal de Justiça, à rua 18, nº508, Setor Oeste, Goiânia-GO.

DA ADJUDICAÇÃO

52. Constatado o atendimento das exigências fixadas no ato convocatório, a licitante será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

DO EMPENHO

53. À licitante vencedora será concedido prazo de 03 (três) dias úteis, improrrogáveis, para retirada da Nota de Empenho, após convocação promovida pela Central de Compras, sob pena de decair o direito de fornecimento.

54. A firma adjudicatária para aceitar e receber a Nota de Empenho, poderá solicitar expressamente à Central de Compras do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás o seu envio via fax, se assim o desejar.

55. A recusa injustificada da firma adjudicatária em aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legais.

56. É facultado ao Tribunal de Justiça, quando a convocada não retirar a Nota de Empenho, no prazo e condições estabelecidos, convocar, respeitando a ordem de classificação, licitante remanescente para, estando a mesma habilitada, efetuar o fornecimento, no prazo e condições por ela propostas.

DA ENTREGA

57. O prazo máximo aceitável para a entrega do serviço é de 30 (trinta) dias úteis contados da data de recebimento oficial da Nota de Empenho.

58. O serviço deverá ser executado no prédio do Anexo situado a Rua 18, nº508 Setor Oeste e sala “espelho” da Central de Processamento de Dados do Tribunal de Justiça, nos prazos e condições estabelecidos neste edital e recebidos, após aferição da qualidade, quantidade e marca oferecida.

DO PAGAMENTO

59. O pagamento será feito até 10 (dez) dias úteis após a entrega do

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

objeto da licitação, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pela Divisão de Operações Técnica, do Tribunal de Justiça de Goiás.

60. Caso o pagamento ocorra após o prazo estabelecido no item anterior, o mesmo será atualizado monetariamente pela TR *pro rata temporis*, ou por outro índice oficial substitutivo.

61. O preço contratado é irreajustável.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

62. Entregar o serviço em conformidade com o estabelecido no edital e anexo(s).

63. Comunicar a Divisão de Operações Técnicas, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

64. Substituir todo e qualquer aparelho em que se verifiquem defeitos ou venham a apresentar durante o período de garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

65. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação.

66. Aceitar, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº8.666/93, os **acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da compra.**

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

67. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o serviço.

68. Efetuar, através da Divisão de Operações Técnicas, com o auxílio da área competente/requisitante, após apresentação da Nota Fiscal, o recebimento e aceite do serviço.

69. Rejeitar, no todo ou em parte, produto(s) que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital e anexo(s).

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

70. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/2002:

a) advertência;

b) multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste edital, incidente sobre o valor do material e/ou serviços não entregues;

c) suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Tribunal de Justiça, por período de até 05 (cinco) anos, nas hipóteses e nos termos da lei 10.520/2002;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei 8.666/93;

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

71. Se o total das multas atingir um valor igual a 10% (dez por cento) do preço total do objeto deste contrato, este será rescindido de pleno direito, a exclusivo critério do Tribunal de Justiça, sem prejuízo da apuração de perdas e danos.

72. As multas serão descontadas de qualquer crédito da CONTRATADA existente no TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em favor deste último. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a CONTRATADA deverá recolhê-las nos prazos que o Tribunal de Justiça determinar ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

73. As penalidades, bem como a suspensão de licitar serão obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial e jornal de grande circulação.

RESCISÃO CONTRATUAL

74. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA reserva-se o direito de rescindir o contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie, quando ocorrerem os casos previstos no artigo 78, da Lei 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

75. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

76. Fica assegurado ao Tribunal de Justiça o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

77. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Tribunal de Justiça não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

78. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

79. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

80. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e Anexo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal de Justiça.

81. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

82. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

83. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

dúvidas na interpretação do presente edital e anexo poderá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, no 1º(primeiro) andar do Anexo II do Tribunal de Justiça, rua 18, nº 508, Setor Oeste, Goiânia/GO, pelo fax (0xx62) 3095-6256, ou telefone(0xx62)3946-2650 e 3946-2686.

84. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à aquisição do objeto licitado.

85. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei 10.520/2002.

86. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, sendo as demais formuladas por escrito.

87. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o desta Capital, com exclusão de qualquer outro.

88. Para conhecimento dos interessados lavrou-se o presente edital, que será fixado no quadro da Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, localizado no térreo do Edifício do Palácio da Justiça, à Avenida Assis Chateaubriand, nº 195, Setor Oeste, em Goiânia-GO, estando a Secretaria à disposição dos interessados para maiores informações, no horário de 8h00 às 17h00, pelo fax (062) 3095-6256, pelos telefones (062) 3946-2650 e 3946-2686, ou pela internet, no endereço www.tj.go.gov.br/Departamento/licitacao/licitacao .

Goiânia, 08 de maio de 2007.

**Rogério Jayme
Pregoeiro**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

ANEXO I MEMORIAL DESCRITIVO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS ANEXO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROJETO DE SISTEMA DE ALARME E CONTROLE DE ACESSO.

INTRODUÇÃO

O Presente Memorial refere-se a elaboração do projeto de Instalação de alarme e do controle de acesso do Anexo do Tribunal de Justiça, com área construída de 567,02m², atendendo as necessidades de segurança ao acesso a sala onde estará instalado o espelho do CPD. Este memorial tem a finalidade de esclarecer todas as etapas de elaboração do projeto, indicando a esquemática e padronização utilizada sempre em consonância com as normas da ABNT e outros pertinentes ao assunto, buscando dentro da boa técnica, ajudar no entendimento do projeto, facilitando tanto a execução como o acompanhamento por parte do Tribunal dos serviços propostos.

I – SISTEMA DE ALARME E CONTROLE DE ACESSO DA COORDENADORIA DOS SETORES DE OBRAS, SERVIÇOS, RECURSOS, MATERIAIS, E PROJETOS ESPECIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

1.0 - DADOS BÁSICOS:

1.1 - Edifício: Anexo do Tribunal de Justiça – GO.

1.2 - Endereço: Rua 18 Nº 508, Setor Oeste, Goiânia - GO.

1.3 - Autor do Projeto: Diego Cruz Abrahão - Engº Eletricista - CREA 11972/AP-GO

2.0 - ESTATÍSTICAS :

2.1 – Área Construída: Pav. Térreo: 298,45 m².
Pav. Superior: 268,57m².

2.3 – Nº de Pavimentos: 02

3.0 - DOCUMENTAÇÃO:

3.1 - Este Memorial.

3.2 - Prancha desenhada.

3.3 – Relação e Especificação de Materiais(Orçamento).

4.0 - DESCRIÇÃO DO PROJETO :

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

4.1 – Instalação de teclado 636 na entrada principal do prédio e na porta de acesso à sala onde ficará o “espelho” da central de processamento de dados(CPD). Os teclados instalados na porta principal e na sala do CPD espelho serão ligados a um CPU que irá realizar o registro de entrada ao Anexo e à sala.

4.2 – Configuração de um teclado de senhas e instalação de software de gerenciamento para o sistema de controle de acesso ao Anexo.

4.3 – Instalação de um sensor de fumaça no teto, de um sensor de presença e de uma central de alarme para a detecção de incêndio e de presença(Spirit) na sala onde ficará o CPD espelho. Na central de alarme será instalada um módulo GPRS que comunicará com a central de segurança da PM (Prédio do Fórum de Goiânia) em caso de entrada indevida ou de detecção de incêndio.

4.4 – Instalação de fechadura C – 90 na porta de entrada da sala do CPD espelho controlada pelo teclado 636.

5.0 – ASPECTOS NORMATIVOS :

5.1 - Os materiais e serviços aplicados deverão estar de acordo com as normas atuais da ABNT;

5.2 - A supervisão e a Fiscalização dos serviços se farão pela DOT (Divisão de Operações Técnicas) localizada na “Coordenadoria dos Setores de Obras, Serv., Rec., Mat., e Proj., Especiais”, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sito na rua 18 esq. c/ Av. 85, nº 508 St. Oeste, Goiânia Goiás;

5.3 - Os técnicos da empresa contratada, enquanto designados para a execução dos serviços, usarão crachás devidamente identificados.

5.4 - Todos os detalhes da execução dos serviços assim como os materiais utilizados deverão estar de acordo com a boa técnica, ou seja, mão de obra e ferramentas adequadas.

5.5. Todos os detalhes inerentes ao serviço que estejam omissos na especificação, memoriais ou projetos deverão ser interpretados como partes deste e caso necessário uma maior identificação técnica, então será resolvidos formalmente de comum acordo com a fiscalização.

5.6. Vale ressaltar que a planilha estimativa de custos, o memorial descritivo, e o projeto são orientativos, ficando á empresa contratada a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

6.0 – ESPECIFICAÇÕES DO MATERIAL:

6.1 – Todos os materiais a serem utilizados deverão estar de acordo com as normas, e serem de primeira qualidade.

6.2 – Sensor de fumaça Wizmart ou similar de alta temperatura(acima de 65 graus) e sensor de presença IVP 476 da marca PARADOX ou similar para a detecção de entrada indevida à sala do CPD espelho.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

6.3 – Fechadura eletromagnética C – 90 da marca HDL ou similar.

6.4 – Teclado 636 para o controle de acesso à porta principal e à sala do CPD espelho.

6.5 – Cabo de programação, Monitor de sinal GPRS e módulo GPRS, para reportar os eventos para a central de monitoramento e gerar relatórios, da marca Pegasus 3i ou similar.

6.6 – Eletrodutos de PVC rígido, rosqueável, sem costura ou rebarba, fab. Tigre ou similar. Curvas, luvas e arruela devem ser compatíveis de material e diâmetro.

6.7 – Bateria selada de 12Volts e 7 ampéres.

6.8 – Cabo manga de 6 vias para ligar o teclado 636 ao CPU .

6.9 – Central de Alarme para a detecção de incêndio e presença, tipo SPIRIT + 728, 4 Zonas duplas mais uma no teclado e uma saída PGM. Acompanha caixa de alojamento e fonte.

6.10 – Cabo CCI.50.2P da marca Ficap ou similar.

7.0 – EXECUÇÃO E TESTES:

7.1 – Toda a execução deve obedecer os procedimentos e normas técnicas, bem como os padrões existentes e adotados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, todas as instalações devem ser testadas antes de sua entrega.

8.0 – DA RESPONSABILIDADE :

8.1 - A empresa contratada fornecerá uma garantia do serviço e do material, de no mínimo 5 (cinco) anos, contra qualquer defeito decorrente de falhas no processo executivo ou da definição da tecnologia aplicada;

8.2 - A empresa contratada se responsabilizará pelos possíveis danos ou prejuízos que porventura venham causar às pessoas ou ao prédio do Anexo do Tribunal de Justiça, durante a execução dos trabalhos

8.3 - A empresa proponente fica responsável em fazer visitas nos locais, referente aos serviços e proceder levantamentos, conferindo quantidades, medidas e grau de dificuldade para a execução, apresentando uma declaração de visite expedido por ele.

8.4 - A empresa contratada se responsabilizará pelos reparos e adaptações a serem feitas, caso os serviços não sejam recebidos a contento por parte da fiscalização do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Diego Cruz Abrahão
Engº Eletricista – CREA 11972/AP-GO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

ANEXO II TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIAS LOCAL : ANEXO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE ALARME E CONTROLE DE ACESSO

ITEM	Discriminação	UN.	QUAN.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I	SISTEMA DE ALARME E CONTROLE DE ACESSO				
1.1	MODULO GPRS - 3i PEGASUS PLUS	ud	1	937	937,00
1.2	MONITOR DE SINAL GPRS - 3i PEGASUS	ud	1	142,00	142,00
1.3	CABO DE PROGRAMAÇÃO PEGASUS 3i	m	5	16,60	83,00
1.4	SENSOR DE FUMAÇA 4FIOS 12VOLTS - WIZMART - ALTA TEMPERATURA , ACIMA DE 65 GRAUS	ud	1	178,00	178,00
1.5	SENSORES IVP 476 "PARADOX"	ud	1	70,00	70,00
1.6	SPIRIT + 728, 4 ZONAS DUPLAS MAIS UMA NO TECLADO, UMA SAÍDA PGM - ACOMPANHA CAIXA DE ALOJAMENTO E FONTE	ud	1	390,00	390,00
1.7	TECLADO 636	ud	1	101,00	101,00
1.8	CABO MANGA DE 6 VIAS PARA LIGAR O TECLADO 636 AO CPU	m	6	2,10	12,60
1.9	BATERIA SELADA 12VOLTS 7AMPER	ud	1	67,00	67,00
1.10	SIRENE PKR 11ODBS	ud	1	27,00	27,00
	valor do lten				2.007,60
II	INFRA-ESTRUTURA				
2.1	FECHADURA ELETROMAGNÉTICA C - 90	ud	1	158,00	158,00
2.2	ELETRODUTO PVC 3/4", BARRA DE 3 METROS, MARCA TIGRE OU SIMILAR	Barra	5	2,87	14,35
2.3	CURVA DE PVC 3/4"	ud	4	0,44	1,76
2.4	LUVA PVC 3/4"	ud	6	0,35	2,10
2.5	CABO TELEFÔNICO CCI 50/2P	m	12	0,45	5,40
2.6	FITA ISOLANTE, ROLO DE 10m	ud	1	1,89	1,89
2.7	CANALETA PLASTICA C/TAMPA (HELLERMAN) 3/4"X3/4"	m	8	4,75	38,00
2.8	BUCHA E ARRUELA METALICA DIAM. 3/4"	pr	20	0,37	7,40
2.10	FIO DE COBRE FLEXÍVEL 2,5mm2	m	15	0,55	8,25
	valor do lten				237,15

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

III	MÃO DE OBRA			
3.1	INSTALAÇÃO DE FECHADURA C - 90 E INFRA-ESTRUTURA			420,00
3.2	INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE UM TECLADO DE SENHAS RS 232 PARA 250 USUÁRIOS MAIS INSTALAÇÃO DO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO			330,00
3.3	valor do Iten			750,00
	Total dos itens			2.994,75

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1 - A PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS ESTÁ SEM BDI.

2 - A Planilha apresentada é orientativa, sendo elaborada seguindo informações obtidas nos elementos, tais como: Memorial Descritivo , Cronograma Físico-Financeiro Orientativo e Preços de Mercado.

3 - Lembramos que o Preço Total do Orçamento deverá englobar TODAS AS DESPESAS COM MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, MÃO-DE-OBRA, TRANSPORTE E FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CUSTOS DE COMUNICAÇÃO, ENCARGOS SOCIAIS, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS, GASTOS NECESSÁRIOS PARA ATENDER A NR18 E EXIGÊNCIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E TRABALHISTAS E COMERCIAIS, SEGUROS, TRIBUTOS, INCIDENTES, BDI E OUTRAS DESPESAS, DIRETAS OU INDIRETAS GERADAS PARA EXECUÇÃO DA OBRA.

4 - A empresa participante deverá visitar o local da obra para levantamento e no reconhecimento do grau de dificuldade para a execução do serviço.

5 - A Divisão de Operações Técnicas encontra-se a disposição para o esclarecimento de qualquer dúvida, nos termos e prazos do edital.

Diego Cruz Abrahão
Engº Eletricista – CREA 11972/AP-GO